

- XXI -**OS REFORMADORES EMPRESARIAIS, REDES SOCIAIS
E COALIZAÇÃO ADVOCATÓRIA: A DISPUTA PELA
IDEIA DE QUALIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL**

Jorge Najjar, Nugeppe-UFF,
jorgenajjar@gmail.com

Karine Morgan, Nugeppe-UFF/Famath,
morgan.uff@gmail.com

Marcelo Mocarzel, Nugeppe-UFF/Unilasalle-RJ,
marcelomocarzel@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O termo qualidade tem assumido ao longo da história sentidos muito diversos. Oliveira e Araújo (2005) identificam um primeiro sentido correlacionado à ideia de acesso à educação em meio à oferta limitada de vagas. Mais tarde, um segundo significado ganha corpo, ligado à ideia de fluxo, baseado no número de alunos que obtêm sucesso ao longo de sua vida escolar. Finalmente, segundo os autores, ganha protagonismo um terceiro sentido, marcante nas políticas educacionais inspiradas em organismos internacionais como o Banco Mundial, que se associa ao resultado dos testes padronizados em larga escala.

Com o avanço das políticas neoliberais nos anos de 1990 e sua consolidação nos anos 2000, o sentido de qualidade defendido historicamente por setores progressistas vem sendo cada vez mais substituído pela lógica da qualidade sob uma perspectiva empresarial. Este trabalho busca compreender como os reformadores educacionais vêm atuando de modo a criar falsos consensos no que tange às políticas públicas educacionais, a partir de uma perspectiva da análise de redes sociais.

Para Gentili (2015), “No campo educativo, o discurso da qualidade foi assumindo a fisionomia de uma nova retórica conservadora funcional e coerente com o feroz ataque que hoje sofrem os espaços públicos (democráticos ou potencialmente democráticos), entre

eles, a escola das maiorias.” (p. 115). O discurso de democratização com qualidade (e aqui incluímos acesso, permanência, aprendizagem, infraestrutura material, ambiente favorável ao trabalho e ao ensino, autonomia, democracia, em direção a uma formação humana integral, etc.) foi substituído pelo sentido mercantil, de educação como produto, com uma qualidade passível de ser metrificada pelos resultados da avaliação em larga escala.

DESENVOLVIMENTO

Para delineamento da análise, é preciso clarificar que a ação do empresariado na educação se dá no Brasil (mas não somente) a partir da instituição de “redes sociais” (SHIROMA, 2011) e de uma “coalizão advocatória” (SABATIER & JAKINS *apud* SIMIELLI, 2008, p. 568). O conceito de redes sociais, segundo Shiroma (2011, p. 18), consiste em um “um conjunto de pessoas e/ou organizações que se agregam com interesse comum, contribuem para a produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade”. Tais Redes contam em seu interior com entidades e grupos de setores sociais variados, dentre eles o empresariado, que promovem pesquisas sistemáticas em educação e sua divulgação em grandes veículos de mídia.

Já o conceito de coalizão advocatória pressupõe “atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais visando a atingir seus objetivos no longo prazo” (SABATIER & JAKINS *apud* SIMIELLI, 2008, p. 568)

Neste contexto, é possível observar que, mesmo no governo Lula, que pode ser considerado progressista do ponto de vista das políticas sociais, a principal política do governo para a educação – o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estava vinculado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMCTPE), em que havia a explicitação do consenso entre o empresariado, em especial pela participação protagonista do Movimento Todos pela Educação (TPE) junto à agenda do governo. Isto porque os objetivos do PDE e as 28 diretrizes do PMCTPE foram erigidas conjuntamente entre o governo e o TPE. O Ministro da Educação à época, Fernando Haddad, tomou conhecimento da organização e de suas diretrizes no mês de agosto de 2005, aceitando participar do que até aquele momento era chamado de “Pacto Nacional pela Educação”. O TPE constituiu-se

como Organização Social de Interesse Público (OSCIP), reunindo grupos empresariais, por meio de suas Fundações, sob o discurso da responsabilidade empresarial na educação.

Estavam envolvidos como sócios fundadores do TPE outros agentes públicos para além do Ministro da Educação, como a então Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Maria do Pilar Lacerda (que ocupou posteriormente a Secretaria de Educação Básica do MEC), e o então Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes. Segundo sua própria designação, o Movimento Todos pela Educação é

[...] um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. (TPE¹², s/a, s/p)

Neste sentido, pode-se inferir que tal movimento enquadra-se no que Ravicth (2011) e Freitas (2012) denominaram como “reformadores empresariais”, integrado a uma rede social que compõe uma coalizão advocatória em torno do tema da melhoria da qualidade da educação brasileira.

CONCLUSÕES

Toda política pública é marcada pela disputa entre diferentes sujeitos, interesses e perspectivas ideológicas e teóricas. O PMCTPE, por si só, não pode ser considerado uma política pública, mas se constitui em um texto importante que dá contornos a todo um ciclo de políticas (MAINARDES, 2006) em educação que se desenvolveu nos últimos anos no Brasil. Como texto político, é caudatário de influências diversas, mas sem dúvida o movimento de reformadores empresariais autodenominado Todos Pela Educação tem nele um protagonismo forte. Assim, seu texto traz um ideário que é caro a esse grupo e mecanismos para tentar implementá-lo, decorrentes de uma concepção produtivista de qualidade de educação. O Ideb dá as bases para uma ideia de metrificação da qualidade que, pela sua simplicidade (pobreza), pode ser facilmente socializada e utilizada como instrumento

¹² Disponível em www.todospelaeducacao.org

de *accountability* (BALL, 1994; AFONSO, 2009), ou seja, a responsabilização direta dos professores, gestores e alunos pelo insucesso em exames.

Embora a ação dos empresários nunca tenha sido desprezível no cenário educacional brasileiro, ela vem crescendo nas últimas décadas e assumindo uma perspectiva mais orgânica com os chamados reformadores educacionais. No Governo Temer isso ficou mais claro: tanto o MEC quanto o Conselho Nacional de Educação foram povoados por indicações dos reformadores, e no atual Governo Bolsonaro, tais grupos se alinham às perspectivas macroeconômicas e a muitas facetas do discurso conservador, ainda que haja diferenças marcantes delineadas. Certamente não estamos com esta afirmação querendo propor que tudo nas políticas educacionais seja decorrente da ação desses sujeitos. Isto seria negar a contradição inerente a todo processo social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e *accountability* em educação: subsídios para um debate iberoamericano. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, v. 9, p. 57-70, 2009.

BALL, Stephen J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.–jun. 2012.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade** [online]. 2006. Vol. 27, n. 94, p. 47-69.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal (orgs). **O Público e o Privado na Educação**. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**. Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina. 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: Azevedo, M. e Lara, A.B.M. (Org.). **Políticas para a educação**: análises e apontamentos. Maringá: EDUEM, 2011.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. Coalizões em educação no Brasil: relação com o governo e influência sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 567-586, 2013.